



ARTIGO

NOS BASTIDORES DE UM JORNAL OPERÁRIO: OS DESAFIOS DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA IMPRENSA ANARQUISTA EM SÃO PAULO (1901 - 1935)¹

Contato

Fazenda Varginha, km 05
Estrada Bambuí/Medeiros
38900-000 – Bambuí – Minas Gerais – Brasil
lucas.rodarte@ifmg.edu.br

 Lucas Thiago Rodarte Alvarenga²

Instituto Federal de Minas Gerais
Bambuí – Minas Gerais – Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar alguns dos principais periódicos anarquistas publicados na cidade de São Paulo entre 1901 e 1935. A análise prioriza três eixos principais: o projeto gráfico (diagramação), a administração (financiamento e impressão) e a circulação (redes de distribuição). Além disso, examina-se o papel de seus idealizadores, destacados aqui como jornalistas operários, na produção desses impressos, demonstrando a relação conflituosa entre esses periódicos e a imprensa comercial. Ao final, espera-se demonstrar que a imprensa anarquista paulistana conseguiu construir um arcabouço técnico-jornalístico singular, cujos traços comuns refletem a mobilização de simpatizantes da causa libertária para o compartilhamento de experiências e ideais, marcados pela busca de um mundo mais justo, sem fronteiras e sem divisões entre os seres humanos.

Palavras-chave

Imprensa operária – jornalismo – anarquismo – cultura libertária – redes de sociabilidade

¹ Artigo não publicado em plataforma *preprint*. Nenhuma ferramenta de Inteligência Artificial foi utilizada na redação do artigo, pesquisa de fontes e análise de dados. As ferramentas de Inteligência Artificial ChatGPT e Deep Seek foram usadas exclusivamente para auxiliar na tradução do texto para o Inglês. Todas as fontes e bibliografia utilizadas são referenciadas e foram gentilmente disponibilizadas pelo Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), Centro de Documentação e Memória (CEDEM/UNESP), Fundação Biblioteca Nacional e pelo Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*. Este artigo é fruto de uma pesquisa para obtenção do título de Doutorado, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2018/16271-7.

² Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus Assis/SP, Brasil. Professor efetivo em História pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), campus Bambuí/MG, Brasil.



ARTICLE

BEHIND THE SCENES OF A WORKERS' NEWSPAPER: THE CHALLENGES OF PRODUCTION AND CIRCULATION OF THE ANARCHIST PRESS IN SÃO PAULO (1901 - 1935)³

Contact

Fazenda Varginha, km 05
Estrada Bambuí/Medeiros
38900-000 – Bambuí – Minas Gerais – Brazil
lucas.rodarte@ifmg.edu.br

 Lucas Thiago Rodarte Alvarenga⁴

Instituto Federal de Minas Gerais
Bambuí – Minas Gerais – Brazil

Abstract

This article aims to examine some of the key anarchist periodicals published in the city of São Paulo between 1901 and 1935. The analysis focuses on three main aspects: graphic design (layout), administration (funding and printing), and circulation (distribution networks). Additionally, it explores the role of their creators—referred to here as worker-journalists—in the production of these print materials, highlighting the contentious relationship between these publications and the commercial press. Ultimately, the study seeks to demonstrate that São Paulo's anarchist press succeeded in developing a unique journalistic framework, whose common features reflect the mobilization of libertarian sympathizers to share experiences and ideals—all driven by the pursuit of a more just, borderless, and egalitarian world.

Keywords

Labor press – journalism – anarchism – libertarian culture – sociability networks

³ This article has not been published on a preprint platform. No artificial intelligence tools were used in writing the article, source research and data analysis. The ChatGPT and Deep Seek Artificial Intelligence tools were used solely to assist in translating the text into the English language. All sources and references used were duly cited and were kindly provided by the Arquivo Edgar Leuenroth (UNICAMP), Centro de Documentação e Memória (CEDEM/UNESP), Fundação Biblioteca Nacional, and the Archive of the newspaper *O Estado de S.Paulo*. This article is the result of doctoral research funded by the Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), grant number 2018/16271-7.

⁴ Ph.D. in History from Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis campus, São Paulo, Brazil. Permanent Professor of History at the Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Bambuí campus, Minas Gerais, Brazil.

Introdução

Quais eram as motivações para se produzir um jornal no início do século XX? O que levava mulheres e homens comuns, fossem operários ou profissionais liberais, alguns com pouca instrução, a se aventurarem na produção de pequenas folhas, às vezes dispondo de poucos recursos e enfrentando incertezas quanto ao futuro do impresso? Ainda que desafiadora, essa era a realidade dos jornais operários produzidos em São Paulo no início do século XX, sobretudo daqueles pertencentes ao movimento anarquista presente na capital desde o final do século XIX. Gramsci, ao analisar a realidade dos jornais de trabalhadores em solo italiano, bem elucidou algumas dessas motivações: “criar a necessidade pela agitação popular, gerar um público interessado pelas questões trabalhistas e sindicalistas, aumentar a área de influência das ideologias entre o proletariado” (GRAMSCI, 2014, p. 197). A afirmação, ainda que pertinente, suscita outras perguntas, pois nem sempre a realidade desses personagens se reproduz em contextos distintos ou em jornais distintos.

A questão, portanto, permanece: quais eram as motivações desses trabalhadores para produzir sua imprensa, cujas nuances guardavam características próprias, se comparadas a outros jornais que circulavam em São Paulo naquele momento? Ao analisar esses jornais isoladamente, não era possível perceber, seja sob o ponto de vista das motivações ou do processo tecnológico e criativo, se havia um “padrão” no processo produtivo da imprensa operária. Além disso, como o mesmo padrão teria se alterado ao longo do tempo, já que São Paulo contou com uma significativa quantidade de jornais publicados nas primeiras décadas do século XX, momento de razoável protagonismo do anarquismo entre os operários paulistas. Era possível imaginar que esse processo produtivo da imprensa operária e anarquista de São Paulo deveria, no limite, guardar particularidades e continuidades entre si.

Assim sendo, ao pensar em uma construção metodológica que satisfizesse a hipótese imaginada, era preciso, pois, estabelecer uma análise, em perspectiva comparada, tomados em uma longa duração temporal. O objetivo era perceber a historicidade desses jornais de forma a dar conta do processo de concepção, produção e circulação desses jornais anarquistas, setor específico da imprensa paulistana. Nesse ínterim, esperava-se colocar em evidência as condições de produção, cujas características eram bastante diversas, sobretudo levando-se em conta o longo período abarcado, que se iniciou em 1901 e se encerrou em 1935. Tratava-se de condições distintas, uma vez que o desenvolvimento do parque gráfico paulistano reverberou na produção e na qualidade técnica desses jornais. A hipótese era a de que um jornal que circulou no início do período pesquisado teria que ser muito diferente daquele em circulação no final do mesmo. Entretanto, em que medida esses periódicos guardavam semelhanças e/ou experiências acumuladas?

Uma vez expostas as motivações, entende-se que o estudo comparativo dessa imprensa implica tentar resolver diversos problemas colocados pela produção e circulação dessas publicações. Tal problemática justifica-se na medida em que o jornal se apresenta em si mesmo, como um objeto complexo e que demanda a análise não apenas do seu conteúdo, mas também da sua organização interna, projeto gráfico e de sua diagramação. Trata-se, muitas vezes, de uma imprensa repleta de nuances e imbricações que o simples folhear não consegue dar conta das relações existentes no interior de suas páginas. Analisar o processo de criação e impressão da imprensa anarquista significa, portanto, compreender como o jornal articula-se ao contexto social e faz referência, de maneira inevitavelmente seletiva, a eventos desse contexto e permite, de tal forma, distinguir lógicas, intenções e interações de seus redatores com o mundo social. Tendo em vista que essas folhas não tinham por objetivo primordial a informação em si e a notícia, no sentido dos jornais empresariais, mas se caracterizavam pela tomada de posições ideológicas e pela luta política, constituem-se em importante fonte para compreender a perspectiva a partir da qual seus idealizadores liam a realidade que desejavam alterar.

Da mesma forma, é relevante considerar que os periódicos se integravam a uma rede de intercâmbios e laços transnacionais, um traço marcante do movimento operário, como, inclusive, a própria produção historiográfica já destacou (HARDMAN, 1983; PRADO, 1986). Materiais como livros, periódicos, folhetos e cartas circulavam entre os militantes com o objetivo de capacitar seus redatores e leitores a compreender os eventos que impactavam a classe trabalhadora. No caso dos anarquistas e socialistas, como bem lembra o historiador Benedict Anderson, a proliferação de seus jornais por todo o globo apenas se tornou possível porque as duas últimas décadas do século XIX testemunharam a gênese do que ele chamou de “globalização incipiente” (ANDERSON, 2014). Um ambiente de intensa circulação de jornais e imigrantes possibilitou que grupos organizados produzissem seus impressos e disseminarem as teorias socialistas e anarquistas, em franco crescimento no mundo.

Grande parte desses veículos buscava, principalmente por meio da imprensa, incutir nos trabalhadores a convicção de que era possível transformar sua realidade e suas condições de vida, desde que aderissem à causa revolucionária. Esses espaços eram acessíveis a qualquer pessoa interessada em debater as pautas defendidas pelos libertários ou que estivesse disposta a colaborar na produção, distribuição e financiamento dos jornais.

Especificamente em relação às fontes, é importante considerar que elas estão longe de serem inéditas, pois se trata de jornais que já foram amplamente revisitados em décadas de produção historiográfica sobre o movimento operário brasileiro (HALL; PINHEIRO, 1979); (MAGNANI, 1982); (HARDMAN, 1983); (PRADO, 1986); (FAUSTO, 1986); (FERREIRA, 1988); (TOLEDO, 2004); (BIONDI, 2011); (TRENTO, 2013);

(SANTOS; SILVA, 2018). Entretanto, ainda que o trabalho esteja fortemente ancorado nessa historiografia, as perguntas colocadas neste artigo são de outra ordem, pois o interesse principal diz respeito à idealização, produção e circulação desses jornais, aspecto ainda pouco explorado pela produção especializada, que se interessou, sobretudo, pelos conteúdos e pela vivência dos trabalhadores organizados.

Isto posto, o recorte das fontes inicia-se em 1901, ano do lançamento do jornal *A Lanterna*, folha que não pertencia propriamente ao espectro do movimento anarquista, mas que, em muitos momentos, tangenciou a luta libertária em São Paulo, uma vez que havia interesse mútuo na disseminação do anticlericalismo. Os demais títulos dizem respeito ao desenvolvimento do movimento anarquista em São Paulo, a exemplo dos jornais *O Amigo do Povo* e *Germinal*, ambos lançados em 1902 e que marcaram os primórdios da ação anarquista em solo paulista; *La Battaglia* e *A Terra Livre*, publicados entre 1904 e 1912 que se distinguiam quanto aos objetivos perseguidos e às características do público que se desejava atingir, fruto da própria organização anarquista e sindicalista da época; *Germinal-La Barricata*, *A Lanterna* (segunda aparição) e *Guerra Sociale*, títulos lançados entre 1909 e 1918, momento marcado pelo acirramento das ações policiais e governamentais contra imigrantes anarquistas. Por fim, destaca-se *A Plebe*, fruto de um sentimento coletivo de descontentamento dos trabalhadores diante das consequências da Primeira Guerra Mundial. Cabe ressaltar que este foi um título amplamente estudado em inúmeros trabalhos de fôlego acerca do movimento operário, sobretudo com análises que versam sobre o peso ideológico do jornal – e dos seus redatores – no contexto de organização de ações coletivas pelas greves gerais de 1917 e 1919, em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente (LOPREATO, 1996; SANTOS, 2015; BIONDI; TOLEDO, 2018). Sem negar a relevância das análises historiográficas, a pergunta é outra: questionar a inserção desse jornal como resultado de um contexto de produção intelectual, que envolvia anos de publicações anarquistas, fruto de contínuo aprendizado, que se iniciou nos primórdios da presença dos libertários em São Paulo.

A construção de um projeto gráfico para imprensa anarquista paulistana

Imaginar a circulação de um jornal operário nunca foi uma tarefa fácil. Era preciso que houvesse um conjunto de indivíduos dispostos a idealizar um projeto e, em seguida, a viabilizar economicamente a folha, garantindo, assim, sua circulação. Na São Paulo das primeiras décadas do século XX, além dos anarquistas, com suas diferenças internas, havia socialistas e sindicalistas revolucionários, parcela significativa composta por imigrantes, aos quais se juntaram, na década de 1920, também os comunistas. O que torna a questão instigante é o fato de não se tratar de grupos

homogêneos ou monolíticos, pelo contrário, a compreensão da situação a que estavam submetidos, as propostas para superá-la e as estratégias práticas sugeridas divergiram consideravelmente.

Na maioria das vezes, como já bem pontuou a historiografia do movimento operário (TOLEDO, 1993; OLIVEIRA, 2001; BIONDI, 2011), um jornal acaba por personificar os ideais do grupo que obtinha o controle do impresso. Entretanto, é preciso considerar que os impressos tentam prescrever determinadas leituras, ainda que a apropriação do que se publica fuja ao controle de seus idealizadores, pois, quem percorre as páginas o faz segundo o seu próprio repertório. Noutros termos, o ato de ler também envolve um processo criativo que não está dado de antemão. Já a produção do impresso, por seu turno, envolve um conjunto diversificado de atores que nem sempre conseguem atingir seus objetivos, uma vez que enfrentam a concorrência de outros grupos no interior do movimento e fora dele. Afinal, essa imprensa esteve sob a mira dos governantes e das forças de ordem, do patronato e de órgãos da grande imprensa, todos atentos ao que estampavam os jornais que se opunham ao *status quo* vigente (OLIVEIRA, 2001).

Não eram pequenos os obstáculos enfrentados. A própria composição demográfica dos assalariados que habitavam a cidade de São Paulo era um deles, tendo em vista a pluralidade linguística, com destaque para os idiomas italiano e espanhol. A historiografia do movimento operário já evidenciou as dificuldades enfrentadas por anarquistas estrangeiros, que precisavam dominar o português para dialogar com os brasileiros e convencê-los da justeza de seus ideais (LEAL, 1999). A leitura dos jornais selecionados evidencia o peso dessa barreira que, contudo, tendeu a perder centralidade à medida que se adentrou o século XX. Assim, se há muitos títulos em língua italiana, o uso do bilinguismo e a posterior predominância do português indicam que os dilemas não permaneceram inalterados ao longo do tempo.

Também é importante destacar que esses trabalhadores estavam na vanguarda da produção jornalística operária: eram alfabetizados, alguns com formação universitária, tais como advogados, que exerciam sua profissão e, ao mesmo tempo, colaboravam na redação dessa imprensa (SAMIS, 2009; BRITO, 2016); outros, imigrantes, trabalhadores manuais, com pouca instrução escolar, mas com larga experiência adquirida a partir do trabalho na imprensa operária em seus países de origem (BIONDI, 2011; TRENTO, 2013). Havia ainda aqueles empregados nas tipografias de jornais e, portanto, com experiência cotidiana na produção de impressos. Os tipógrafos, inclusive, fossem compositores ou impressores, por sua própria atividade, que os colocava diuturnamente em contato com textos dos mais diversos gêneros, garantiram para si posição de destaque no movimento operário ao redor do mundo, aspecto, aliás, já bem estabelecido na historiografia (VITORINO, 2000). De fato, o movimento operário produziu seus próprios jornalistas, mas que pouco

tinham a ver com profissionais que trabalham nos grandes jornais comerciais, embora mantivessem contato entre si. Pode-se considerar esses militantes como *jornalistas operários*, isto é, mulheres e homens que editavam e lutavam pelo sucesso da imprensa operária.

Era, inclusive, a crença nos ideais que justificava os sacrifícios e a busca de estratégias capazes de garantir a existência de um jornal. Produzir impressos também implicava, sobretudo, a noção de *agenciamento*, isto é, uma variedade de escolhas e atitudes que diziam respeito à forma como o jornal deveria se apresentar ao público leitor, seja do ponto de vista estético, por meio de decisões no âmbito tipográfico e do *design*, seja do ponto de vista político e ideológico, na escolha dos acontecimentos, dos conteúdos e dos artigos impressos no jornal, apresentados no interior de determinado enredo. Agenciamento significava ação, decisão e também, escolha, dentro das limitações técnicas oferecidas no momento da impressão do jornal e das limitações financeiras de cada grupo de propaganda anarquista, resultando num modelo que representasse o melhor custo-benefício no momento de confecção de cada edição do jornal.

Ao agenciamento pode-se acrescentar a noção de *posicionamento*, ou seja, trata-se de levar em conta a perspectiva do leitor, com o qual se deseja estabelecer uma relação de cumplicidade, isto é, alguém de quem se espera que também compartilhe, ou venha compartilhar as mesmas preocupações e valores. Esse aspecto é importante, pois as preferências dos leitores remetem para identificações, que se materializavam não somente nas doações destinadas à manutenção da publicação, mas também no fato de se partilhar a mesma leitura e entendimento do mundo, aspectos que têm relação direta com a possibilidade de existência desses impressos.

A primeira marca do conjunto de estratégias para a confecção de um jornal diz respeito ao seu projeto gráfico, o que remete diretamente à sua *materialidade*. A diagramação é um fator de diferenciação dos jornais em geral, e, em particular, dos aqui apresentados. É por meio dela que os editores delineavam a identidade visual do periódico. Se tal elemento era um fator de diferenciação, cabe perguntar até que ponto as folhas produzidas por militantes operários distanciavam-se dos jornais-empresa em relação à sua materialidade e ao processo de produção. Seria a diagramação um dos fatores de aproximação entre os dois modelos de jornais?

Não restam dúvidas quanto às diferenças em termos de objetivos: os últimos visavam ao lucro, eram empresas capitalistas preocupadas em atualização tecnológica de seu maquinário de impressão visando à produção de edições cada vez mais baratas e atraentes, o que implicava um sistema complexo de administração, idealização e distribuição. Já os títulos operários assumiam uma postura coletivista de organização e produção, buscando difundir ideais libertários, valores simbólicos e formar militantes para a causa anarquista.

Entretanto, se as finalidades eram bem diversas, é possível aproximar esses modelos no que diz respeito às práticas produtivas, guardadas as devidas proporções quanto ao modo de produção do conteúdo textual e imagético, à tiragem e às tecnologias empregadas. A questão, contudo, merece ser analisada mais detidamente, pois ainda que produzido a partir de outra lógica e com objetivos distintos, o jornal operário compartilhava com a grande imprensa a condição de produtor de informação e de difusor de valores simbólicos. Porém, a exigência de produção de cada edição seguia uma ordem técnica presente na produção de qualquer jornal, fosse ele empresarial ou operário. Era preciso decidir sobre o formato, elaborar um projeto gráfico atraente, assegurar algumas formas de financiamento que garantissem não a remuneração dos que se encarregavam de produzir o jornal, mas a compra do papel, da tinta, o trabalho de composição e impressão, além da existência de uma rede, por mais simples que fosse, de distribuição.

Ao iniciar o processo editorial do jornal, todos esses aspectos deveriam ser levados em consideração. Tendo em vista as características do jornal operário, pode-se supor que, de saída, era preciso idealizar e mobilizar formas de obtenção de recursos e, de posse do dinheiro, escolher uma tipografia para realizar o trabalho e assegurar os meios para a impressão, fosse pagando uma gráfica para realizar o trabalho ou colocando em prática outras estratégias, como a aquisição de equipamentos tipográficos. Assegurados os meios de impressão, havia outra decisão importante, e que não pode ser dissociada do montante de recursos obtidos: o formato, que obviamente precede a composição e a impressão.

No momento da escolha do formato do jornal, portanto, os responsáveis já enfrentavam limitações, derivadas das condições em que se dariam a impressão e a composição e que, longe de se tratar de mero detalhe, possuem repercussão na aparência do impresso e no número de páginas e impõem escolhas quanto ao que publicar. Contrariamente a um jornal comercial, os operários lidavam com margens muito estreitas para impressão; por esse motivo cresceu a importância de como ocupar o espaço disponível nas páginas do jornal em prol da classe e da causa.

Aliás, se os constrangimentos eram maiores para essas publicações, vale lembrar que o problema também se colocava para os jornais-empresa, afinal, nos dois casos, os textos dispostos nas páginas nunca estavam isolados, integrando o que atualmente se denomina *dispositivo* (MOUILLAUD; PORTO, 2012), isto é, a área espacial de impressão, entenda-se, as páginas do jornal, que o limitavam e/ou expandiam. A escolha do formato alterava-se ou em função das condições financeiras de cada grupo responsável pelos jornais ou pelas inovações tecnológicas presentes nas tipografias nas quais os jornais foram impressos, daí a importância de dar atenção ao processo de feitura de cada exemplar e não apenas ao que ali foi impresso, ou seja, seu conteúdo.

Pela análise das fontes, pode-se definir um jornal operário como um dispositivo criado dentro de uma área gráfica composta, geralmente, por quatro páginas. Esse dispositivo era impresso em formato variável, situado na interseção: *tabloide* (28cm de largura por 43cm de comprimento) e o *standard* (60cm de largura por 75cm de comprimento). No período analisado, os jornais operários possuíam, em média, 32 cm de largura, chegando, em alguns momentos, a medir até 37 cm, por uma altura que variava entre 47 e 53 cm de altura. O formato era denominado *ofício* e possuía uma mancha gráfica de impressão, em média, de 25 a 32 cm de largura. Essas medidas não eram aleatórias e relacionavam-se às larguras das prensas mecânicas das tipografias da época. Era esse o espaço gráfico de que os grupos de propaganda anarquista responsáveis pelos jornais dispunham para difundir as informações e os ideais julgados como pertinentes.

Se comparado a um jornal comercial, como *O Estado de S. Paulo*, na mesma época analisada, ele chegou a possuir dimensões muito semelhantes às dos jornais operários. Contudo, esse modelo foi drasticamente alterado após a mecanização de suas oficinas tipográficas, o que pode ser observado, também, em relação a outros títulos comerciais como o *Correio Paulistano* ou o *Fanfulla*. As prensas rotativas, uma novidade logo adotada, impunham o modelo *standard*, com 63 cm de altura por 45 cm de comprimento, em formato fechado (VITORINO, 2005) – dimensões utilizadas pelo jornal da família Mesquita, em 1917. O jornal anarquista *A Plebe*, nesse mesmo ano, utilizava as medidas de 53cm x 37cm, em formato fechado. Essa diferença pode parecer bastante pequena, mas, em termos da área espacial, – disponível para a veiculação de textos –, há uma redução de duas colunas entre o jornal libertário e o comercial, o que reduz o espaço textual em 25% da área impressa, um valor considerável que aponta a importância da seleção realizada pelos responsáveis, afinal, era este o espaço de que se dispunha para dar conta do cotidiano dos trabalhadores e para a difusão dos ideais de seus editores, conforme figura 1:

Figura 1
 Capas dos jornais *A Plebe* e *O Estado de S. Paulo* (1917)



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth; Arquivo do Estado de São Paulo, respectivamente

Houve, ainda, jornais operários que tiveram que escolher formatos reduzidos, haja vista as dificuldades financeiras enfrentadas pelos responsáveis, como foi o caso de *O Amigo do Povo* e *Germinal*. O primeiro deles, em 1902, adotou uma versão intermediária em relação aos jornais comerciais impressos naquele momento, medindo 32cm de largura x 45cm de comprimento, com uma mancha gráfica de 25cm, em média, muito em decorrência das limitações da gráfica onde era impresso. No segundo ano de sua publicação, possivelmente para baratear a impressão, o que indicava sérios problemas financeiros, o periódico teve de diminuir ainda mais o tamanho do jornal, adotando as medidas de 29cm de largura por 38cm de comprimento. É óbvio que com a limitação do espaço interno também diminuía o volume do que se publicava.

As dificuldades financeiras eram generalizadas nesse modelo de imprensa, a exemplo do jornal *Germinal*, também publicado em 1902, e que adotava padrões semelhantes aos vigentes em *O Amigo do Povo*: tal como a maioria dos jornais operários, possuía quatro páginas, mas houve edições lançadas com apenas duas páginas.

O formato do jornal era o mesmo adotado por *O Amigo do Povo* (32cm de largura x 45cm de comprimento, com uma mancha gráfica de 25cm, em média). Mas, diferentemente deste, os responsáveis pelo *Germinai* optaram por diminuir o número de páginas e manter a diagramação e o tamanho da folha, como atesta a Figura 2:

Figura 2
Exemplo de diagramação de jornais operários *Germinai* e *O Amigo do Povo* (1902)



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP)

Se, em um jornal-empresa o formato comportaria até oito colunas por página, nos jornais citados acima o número de colunas era de quatro ou, no máximo, cinco. Diante da necessidade de ocupar ao máximo a mancha gráfica, não admira que a composição das páginas ficasse prejudicada em termos de legibilidade. Assim, sacrificava-se a qualidade estética em prol do aumento do volume de textos. Tal circunstância remete a outra: o uso de imagens. Pode-se supor que houvesse preferência por mais elementos textuais em relação a imagens, em vista do objetivo de difundir a doutrina ou denunciar as condições de vida e trabalho, ao que se soma,

ainda, a questão da produção da iconografia, que exigia talentos artísticos nem sempre disponíveis, aspecto já abordado pela historiografia (POLETO, 2017). Entretanto, a produção desses jornais também comportou títulos que investiram em formatos mais amplos, o que pode ser explicado pela possibilidade de obter mais recursos por parte dos grupos de propaganda, por meio de doações, da venda avulsa ou inserção de anúncios publicitários. Mais recursos permitiam melhor diagramação do periódico, como se observa no *A Lanterna*, *A Plebe* e *La Battaglia*, que puderam adotar inovações técnicas que melhoraram a aparência e, até mesmo, a legibilidade desses títulos.

No caso do jornal *A Lanterna*, entre 1901 e 1904, sua diagramação diferenciou-se daquela vigente nos meios anarquistas, visando impactar seus eventuais leitores. O responsável era Benjamim Mota, seu editor, que optou por um formato maior (37 cm de largura x 52 cm de comprimento, em formato fechado), atitude possível, em parte, graças às doações e à penetração que o jornal conseguiu entre os leitores em todo o Brasil, devido ao seu posicionamento anticlerical, contando com simpatizantes de diversas correntes ideológicas. Em decorrência das dimensões mais avantajadas em relação às de seus contemporâneos anarquistas, era dividido em cinco colunas, com a última página dedicada exclusivamente à publicidade. Essa primeira fase durou até 1904, quando as atividades foram suspensas, sendo retomadas apenas em 1909, a cargo do militante anarquista Edgard Leuenroth (RUDY, 2017). A despeito de se manter o formato, a folha perdeu em termos de recursos imagéticos, mas ganhou em periodicidade, mais regular do que a observada nos primeiros anos de circulação.

O último título, talvez o mais importante a ser analisado nesse momento, é certamente, *A Plebe* (SP, 1917-1935), e isso não apenas porque foi a publicação anarquista mais importante a circular em São Paulo, mas por representar uma espécie de ápice da experiência da publicação de jornais operários, o que talvez deva ser atribuído, em grande parte, à trajetória do editor Edgard Leuenroth, tipógrafo experiente e que desde 1899 atuava na imprensa anarquista (KHOURY, 1988).

É possível identificar em *A Plebe* elementos de continuidade e de aprendizado decorrente de quase duas décadas de publicação de jornais operários em São Paulo. Vale lembrar que essa folha era uma continuação de *A Lanterna* e desde o início, adotou o formato expandido (53cm de comprimento, por 37cm de largura), com seis colunas, além de apresentar diversas semelhanças, em termos de projeto gráfico, a exemplo das marcas tipográficas utilizadas, a exemplo de floretes, colunas, títulos e título principal. Ao se confrontar as páginas das publicações percebe-se que a organização gráfica da última edição de *A Lanterna* é bem similar ao primeiro número de *A Plebe* (GRIGOLIN, 2019), conforme se vê na Figura 3:

Figura 3
Jornal *A Lanterna*, edição de novembro de 1916,
e o jornal *A Plebe*, edição de junho de 1917



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP)

Tal semelhança não era mera coincidência e pode ser atribuída à ação de Edgard Leuenroth que, muito provavelmente, buscou atestar, na própria materialidade do periódico, a continuidade entre os dois títulos. A saída de Leuenroth da redação do jornal, em decorrência de sua prisão pelos atos da greve de 1917, sendo substituído por Rodolfo Felipe (BIONDI; TOLEDO, 2018), não implicou alterações significativas para o projeto gráfico do jornal. É certo que, entre 1917 e 1935, o jornal reformulou diversas vezes seu projeto, mas a decisão pelo formato estendido não foi alterada, mantendo-se até o fim da publicação o mesmo tamanho de jornal.

A análise comparativa desses jornais indica que as experiências não devem ser tomadas como fatos isolados. Se é certo que essas publicações eram frágeis, enfrentavam dificuldades financeiras, apresentavam periodicidade incerta e duração relativamente breve, a análise revela, quando consideradas em conjunto, uma aprendizagem contínua, adquirida por anos a fio, na idealização, composição, impressão e

distribuição de publicações. Esse saber acumulado contribuiu para que os militantes soubessem escolher, dentro dos limites que lhes eram impostos, soluções em termos de formato e projeto gráfico, sem perder de vista as intercorrências relacionadas às possibilidades técnicas de impressão e composição, como se verá.

O financiamento das edições

A análise dos formatos dos impressos evidencia quão estratégica era a existência de meios materiais para a publicação e circulação dos jornais operários. Não é possível analisar os projetos gráficos sem levar em consideração as estratégias para captação de recursos colocadas em prática pelos diferentes grupos que se esforçaram na produção dessa imprensa. As decisões tomadas em cada edição subordinavam-se à quantidade de recursos disponíveis, problema que se recolocava ao fim de cada edição. Não havia planejamento a médio/longo prazos para a imprensa operária anarquista.

A historiografia já demonstrou que para o desafio de lançar uma folha, antes mesmo de projetá-la, era preciso mobilizar redes de militantes no sentido de captar recursos (TOLEDO, 1993; OLIVEIRA, 2001). Para levar a cabo a primeira edição, a estratégia era angariar doações, obtidas a partir de listas de subscrições ou por meio de conferências, reuniões, rifas ou bailes beneficentes. Para isso, era essencial contar com espaços coletivos de convivência operária como pequenos teatros, sedes de sindicatos ou de sociedades de auxílio (HARDMAN, 1983; PRADO, 1986). Porém, tais práticas esbarravam nos salários praticados e nas condições de vida, habitação e alimentação vigentes na São Paulo do início do século XX (MARAM, 1979). Assim, nem sempre essas mobilizações resultavam nos ganhos monetários esperados. Percebe-se que as dificuldades para o lançamento do número inicial eram significativas, porém, se bem recebido entre a militância anarquista, o jornal poderia contar com a colaboração de companheiros de outras regiões do estado.

Superado o desafio da publicação do primeiro número, as demais edições deveriam ser financiadas com novas doações, reuniões e atividades de militância, ao que se somavam, a partir do segundo número, assinaturas, vendas avulsas e publicidade, apesar dessas últimas serem mais raras, em razão da própria natureza ideológica dos veículos. Contudo, a estratégia predominante era a subscrição voluntária, isto é, o auxílio mútuo organizado no seio dos trabalhadores e que se baseava na solidariedade anarquista. Era a arrecadação que permitia a impressão de jornais, livros, opúsculos e panfletos. Para a autora Cláudia Leal, a subscrição voluntária era “uma forma de aquisição bastante difundida, por meio da qual leitores enviavam quantias quaisquer para contribuir com a manutenção de um jornal e recebiam exemplares para venda ou doação” (LEAL, 1999, p. 75).

Essas listas eram espalhadas pelos bairros operários, seja na cidade de São Paulo, seja no interior do estado ou mesmo em outras unidades da federação. No momento da coleta, os interessados estipulavam o valor doado, o que era feito, não raro, de forma anônima ou por meio de pseudônimos, por medo de represálias por parte das autoridades policiais ou a mando dos patrões. Os periódicos tinham por hábito publicar, em sua página final, o rol dos subscritores, o que estabelecia forte vínculo entre os leitores e os financiadores do jornal. Foi dessa forma que diversos jornais operários puderam circular (LEAL, 1999; OLIVEIRA, 2001).

Mas qual era o motivo de a subscrição voluntária ser tão importante? Para a militância anarquista, as relações sociais entre seus membros constituíam um elemento fundamental para a construção das noções de *solidariedade* e *ação política direta* (SANTOS, 2021). A participação em grupos de propaganda, tanto quanto a contribuição para a manutenção dos impressos, colaborava para a construção de laços de fraternidade e pertencimento a uma luta coletiva e dava a essa rede de militância a possibilidade de participar das decisões e de sentir-se capaz de agir segundo seus interesses em favor da consolidação do anarquismo em solo brasileiro (SANTOS, 2019).

A forte presença da imigração europeia em São Paulo também foi um fator preponderante para o sucesso, ou fracasso, das listas de subscrição. Nos primeiros anos de circulação do anarquismo em solo brasileiro, a militância residente em São Paulo ainda era muito marcada pela presença de europeus, sobretudo italianos, razão pela qual os jornais redigidos em língua italiana foram mais bem sucedidos do que outros redigidos em línguas diversas do português (CARNEIRO; CROCI; FRANZINA, 2010). A força dos imigrantes italianos explica, pelo menos em parte, o sucesso de jornais como o *La Battaglia*, em relação a outros jornais contemporâneos a ele, como *O Amigo do Povo*, *Germinal* ou até o *A Terra Livre*. A situação alterou-se com o passar dos anos, em função da inserção de brasileiros, espanhóis e portugueses no seio da militância anarquista, bem como pela necessidade que os imigrantes tinham de aprender os rudimentos da língua portuguesa (BIONDI, 2011). É importante ressaltar que, a partir de 1910, quase todos os jornais libertários já eram redigidos em português, sendo raros os títulos que ainda se valiam da língua italiana, a exemplo do jornal *Guerra Sociale* (SP, 1915-1919). O grande jornal libertário, *A Plebe*, era praticamente todo redigido em língua portuguesa, salvo alguns artigos esporádicos escritos em italiano ou espanhol.

A imigração, as experiências de militância e a formação de uma identidade de classe em perspectiva transnacional constituíram elementos importantes na produção de jornais, pois, graças às muitas características estruturais similares e a existência de amplas redes de sociabilidades, inclusive propiciando a organização de redes internacionais de doadores para seus jornais, os grupos de propagandas de imigrantes italianos obtiveram certo sucesso na circulação do *La Battaglia*.

Cabe ressaltar que esse jornal foi financiado exclusivamente por subscrições que, em média, atingiam valores mais elevados do que os observados para outros títulos em português. O resultado foi o expressivo montante de doações recebidas, tanto que, em alguns momentos, o saldo positivo acumulado pelo jornal chegou a mais de 1:200\$000⁵, soma considerável, pois o *Amigo do Povo*, em seu momento de maior sucesso, teve um saldo positivo irrisório de apenas 2\$400.⁶

Se, em *La Battaglia*, a comunidade italiana simpatizante do anarquismo financiou o jornal, propiciando-lhe longevidade e regularidade, no caso do jornal *A Terra Livre*, o que se percebe, também, é um maior aporte de doações por parte dos leitores, muito em consequência ao fenômeno já observado em *La Battaglia*, o que beneficiou o aumento de adeptos às causas anarquistas e sindicalistas, uma vez que o jornal se aproximou dos militantes sindicalistas revolucionários e dos sindicatos em São Paulo. Em termos comparativos, percebe-se aumento, tanto no ritmo de doações, quanto na regularidade dos doadores. Entretanto, a despeito desse aspecto, a análise pelo fluxo de caixa demonstra dificuldades constantes para aqueles jornais que optaram pela subscrição voluntária como principal fonte de financiamento.

Uma segunda constatação diz respeito à influência da imprensa francesa na própria organização técnica desses jornais, atestada por Benjamim Mota em *A Lanterna*, e também na *A Terra Livre*, que afirmava manter constante diálogo com o jornal sindicalista francês *Les Temps Nouveaux*.⁷ Observam-se influências na maneira como se organizavam, pois compartilhavam modos de impressão, diagramação e *design*, bem como estratégias para obter recursos via publicidade. Percebe-se que as táticas para a produção dos jornais eram compartilhadas entre diferentes grupos, muitos deles em contato direto com o que era publicado no exterior, seja por meio de viagens a esses países, seja por meio de redes de contatos transnacionais que distribuíam publicações de toda sorte. A fatura desses jornais não era um fato isolado, pelo contrário, tratava-se de experiência compartilhada transnacionalmente entre militantes e intelectuais.

A composição, impressão e circulação dos jornais

A composição e a impressão dos jornais eram um trabalho realizado pelo profissional denominado tipógrafo-compositor. Sua atividade consistia na disposição harmônica de elementos gráficos, como linhas, desenhos e fotografias, dentro da

⁵ *La Battaglia*, ano 2, n° 37, 1905.

⁶ *O Amigo do Povo*, ano 2, n° 35, Out. 1903.

⁷ *A Terra Livre*, ano 1, n° 11, Jun. 1906.

área gráfica dos impressos, ou seja, na elaboração do *design* gráfico do jornal. Tratava-se, portanto, de um conjunto de elementos imagéticos que definiam a identidade do impresso perante os leitores e em relação a outros jornais que circulavam pela cidade. Esses componentes os identificavam sob o ponto de vista visual.

No que diz respeito à composição gráfica, cabe perguntar se os próprios idealizadores, haja vista que muitos deles exerciam a profissão de tipógrafo – eram responsáveis pela composição das páginas dos jornais, ou se, pelo contrário, o serviço era contratado em uma das inúmeras tipografias espalhadas pelos bairros operários e pelo centro da cidade de São Paulo. Ainda que nem sempre seja possível estabelecer com exatidão a decisão dos editores, não se pode deixar de considerar que a composição e a impressão desses impressos eram executadas pelos próprios militantes envolvidos no projeto do jornal. Esses trabalhadores, que obviamente eram alfabetizados, sempre se destacaram pela sua politização e sindicalização, ainda no século XIX (VITORINO, 2005).

Destacadas lideranças operárias eram tipógrafos e estiveram à frente de vários títulos importantes, a exemplo de Edgard Leuenroth, que desde 1899 militou na imprensa operária e foi figura chave nos jornais *A Terra Livre*, *A Lanterna* e *A Plebe*; Rodolfo Felipe, que se envolveu com o *Germinal-La Barricata* em 1913, e, entre 1919 e 1935, com *A Plebe*; Manuel Moscoso, Giulio Sorelli e Luigi Magrassi, responsáveis pelo *O Amigo do Povo* e *A Terra Livre*. No caso dos jornais anarquistas italianos, houve a participação de indivíduos que se especializaram no trabalho com a imprensa, ainda que não fossem tipógrafos, como a historiografia já apontou (BIONDI, 1993-94); TRENTO, 2013), caso dos militantes Gigi Damiani, Angelo Bandoni e Oreste Ristori. Eram anarquistas, alguns com pouca instrução escolar, e que atuaram, no início de suas vidas, como ajudantes nas redações de jornais em seu país natal. Com a imigração, trouxeram essa experiência para a edição de jornais no Brasil, em consonância com o compromisso do ideal anarquista de valer-se da imprensa como principal canal de divulgação dos ideais revolucionários.

Havia na cidade de São Paulo diversas oficinas tipográficas localizadas nos bairros operários, como o Brás e o Ipiranga, e mesmo na região central, entre a Sé e o bairro da Liberdade, administradas por profissionais brasileiros e até por imigrantes de diversos países. Foram nessas tipografias que se imprimiu grande parte dos jornais operários que circularam na cidade nas primeiras décadas do século XX. Entretanto, também há exemplos de jornais que arriscaram adquirir seu próprio maquinário para composição e impressão, como o caso de *O Amigo do Povo*. Após ser impresso em várias tipografias diferentes, os responsáveis pela folha mobilizaram-se para organizar formas de financiamento destinadas à compra de uma tipografia

própria⁸, o que se concretizou com a instalação de uma pequena oficina, em fevereiro de 1903. A tipografia, denominada *Typografia Libertária*,⁹ imprimia as edições do jornal, além de produzir material destinado à propaganda anarquista. A iniciativa teve vida efêmera, o que supõe as dificuldades desse tipo de solução, pois os gastos com manutenção do maquinário, somados à compra de insumos para a composição e impressão, selaram o fim da oficina. Não há informações sobre as causas do fracasso e a oficina acabou vendida em dezembro de 1903.¹⁰

Percebe-se que a estratégia de possuir uma tipografia própria não era viável, ainda que alguns outros jornais mantivessem sua própria oficina, a exemplo de *A Plebe*, no curto período entre 1917 e 1919. A segunda opção para os idealizadores era pagar pelo serviço de composição e impressão. Entretanto, não se trata de uma simples terceirização de serviço, nos termos atuais. A proliferação de pequenas gráficas pelos bairros, muitas delas com tecnologia rudimentar, oferecia uma gama diversificada de possibilidades de contratação de serviços, com preços relativamente módicos, ao que se somam possíveis relações pessoais, ideológicas e de solidariedade, não sendo possível descartar que alguns dos idealizadores trabalhassem nessas empresas (VITORINO, 2005).

Resolvidas as questões relativas à contratação de uma tipografia para os serviços de composição e impressão, era necessário organizar os canais de circulação dos impressos, tarefa que implicava intensa mobilização por parte da militância, no sentido de fazer chegar os exemplares aos seus destinatários. Começava, então, a luta pela distribuição gratuita, pela venda de exemplares e pela coleta de assinaturas (mensais, semestrais ou anuais), o que indicava certo otimismo de seus responsáveis quanto ao desafio de assegurar vida longa ao jornal. Decerto, o esforço do grupo de propaganda poderia reverberar positivamente entre simpatizantes da causa operária, ainda que muitos estivessem distantes do ambiente operário em si, mas que se interessavam pelo tema. Em se tratando dos trabalhadores e militantes, os responsáveis recomendavam o uso da subscrição voluntária como forma mais viável de angariar recursos e de divulgar as edições¹¹. No caso das assinaturas, ainda que fossem possíveis, não se constituíam, entre a imprensa operária, em um meio muito difundido. As próprias incertezas estruturais que cercavam os grupos res-

⁸ *O Amigo do Povo*, ano 1, n° 16, 17, 18, Dez/Jan 1902/1903.

⁹ *O Amigo do Povo*, ano 1, n° 21, Fev. 1903.

¹⁰ *O Amigo do Povo*, ano 2, n° 40, Dez. 1903.

¹¹ “(...) aos camaradas, aos simpatizantes, aos amigos sinceros de *A Terra Livre*, fazemos notas que devem sobretudo atender à SUBSCRIÇÃO VOLUNTÁRIA, porque a assinatura é mais para os estranhos à nossa causa e para os curiosos (...)”. Cf. *A Terra Livre*, ano 1, n° 6, Mar. 1906.

ponsáveis acabavam por favorecer a subscrição voluntária, método mais difundido nesse tipo de imprensa.

No que tange à sua distribuição, os jornais operários, aliás, como toda a imprensa periódica, tinham que se valer das linhas ferroviárias. Nas primeiras décadas do século XX, em função das necessidades dos cafeicultores paulistas, os trilhos já cortavam praticamente todo o estado e se estendiam para outras áreas do país (ANDRADE, 2016). Obviamente, o transporte implicava custos, razão pela qual era comum que os militantes se deslocassem levando os impressos. É possível acompanhar o périplo das conferências operárias, que se constituíam em estratégia importante e se concentravam ao longo das cidades que floresciam ao lado das estações e mesmo dos ramais ferroviários.

Alguns militantes, denominados pelos redatores dos jornais de *conferencistas*, assumiam a responsabilidade de percorrer o estado para divulgar o ideal anarquista entre a comunidade trabalhadora do interior. Era o caso dos militantes italianos Oreste Ristori e Angelo Bandoni, que desde 1900 já desempenhavam essa função. Em 1902, quando figuravam entre os idealizadores dos jornais *O Amigo do Povo* e *Germinal*, eles realizavam, pelo menos uma vez por mês, viagens percorrendo a *São Paulo Railway*, com destino a cidades como Jundiaí, Sorocaba e Salto de Itú, além de Santos. Nessas cidades, costumavam reunir-se nos bairros industriais, realizar pequenas conferências para discutir os princípios anarquistas e as estratégias para a criação de sindicatos e a organização de greves¹². É claro que se aproveitava a ocasião para distribuir edições das folhas operárias, cabendo esclarecer que as despesas eram custeadas com recursos dos jornais, os quais, assim, tinham que prever tais custos relacionados à propaganda.

No Rio de Janeiro, a distribuição de jornais, a exemplo de *O Amigo do Povo*, *Germinal*, *La Battaglia* e, posteriormente, *A Terra Livre*, ficava à cargo dos anarquistas Luigi Magrassi e Nilo Pereira. Este último foi também o responsável por conseguir que o *Germinal-La Barricata* obtivesse impressão a preços módicos na capital fluminense, em 1913.¹³ Em Curitiba, a distribuição ficava a cargo do anarquista Gigi Damiani, trabalhador do ramo de pintura, que residia provisoriamente na cidade e recebia jornais por despacho ferroviário. Ao fim da década de 1910, Oreste Ristori ainda continuava a desempenhar a função de conferencista e coletor de doações,

¹² “Para evitar despesas, encarregamos os camaradas Angelo Bandoni e Oreste Ristori, que em breve farão um giro de propaganda pelo interior, de recolher assinaturas e donativos para ‘O Amigo do Povo’. Esses camaradas percorrerão algumas localidades em serviço do ‘Germinal’ e do ‘Lucifero’ e nós aproveitaremos o ensejo. Ficam os nossos leitores e amigos prevenidos”. Cf. Aos camaradas do interior. *O Amigo do Povo*, ano 1, nº 15, Nov. 1902.

¹³ *Germinal-La Barricata*, ano 1, nº 3, Mar. 1913.

desempenhando o trabalho para os periódicos *La Battaglia* e *A Terra Livre*, entre 1904 e 1912. Após essa data, não há menções da atuação de Ristori, que, após sofrer sucessivos processos de expulsão em razão de sua militância, decidiu deixar o Brasil, em 1912 (ROMANI, 1998).

Após 1912, com a saída de Ristori do comando das conferências, outros militantes assumiram esse trabalho, como foi o caso de Rodolfo Felipe, editor do jornal *Germinal-La Barricata*, que, a partir de 1913, passou a percorrer o estado para distribuir o jornal.¹⁴ Ele também desempenhou essa tarefa para outros títulos, como o *Guerra Sociale*, em 1915, acompanhado por Gigi Damiani, que na época retornou a residir na capital paulista, e para *A Plebe*, entre 1919 e 1935, período em que também foi editor-chefe. Antes, ou seja, entre 1917 e 1919, a cobrança de assinaturas e a distribuição do jornal pelo interior couberam ao militante Zeferino Oliva, que viajava por toda a linha Bragantina, entre São Paulo e Minas Gerais, e pela Santos-Jundiaí¹⁵. No ramal Noroeste, que ligava São Paulo a Mato Grosso do Sul, com passagem por Penápolis até Corumbá, as tarefas eram realizadas pelo militante Alfredo Massena.¹⁶

Para atingir lugares mais distantes, como outros estados ou países ou localidades que não dispunham de ramal ferroviário, a solução era a postagem pelo correio, sendo que o preço médio para o despacho de mil exemplares girava em torno de 1\$450 réis, valor que não alterou significativamente durante o período estudado. Evidentemente, era mais barato remeter pelo correio as edições para esses lugares remotos do que apelar para outros meios de transporte. As postagens pelo correio correlacionavam-se com as listas de subscrição, uma vez que se tratava de remeter o exemplar àqueles que haviam contribuído ou assinado a publicação. É provável que os responsáveis compartilhassem uma lista prévia de militantes presentes nas várias regiões do estado, aos quais enviavam as primeiras edições, na expectativa de contar com o apoio dos companheiros para doar e para obter doações. Depois a propaganda e a discussão entre a militância se encarregariam de expandir o círculo de leitores, fossem operários ou simpatizantes da causa.¹⁷ Com o decorrer das edições, ou-

¹⁴ “Prevenimos aos companheiros que o camarada Rodolfo Felipe chegará a cidade de Santos no domingo, 30 do corrente, para fazer a cobrança e distribuir essa folha e também para angariar assinaturas”. Cf. Aviso aos camaradas de Santos. *Germinal-La Barricata*. Ed. n° 3, Mar. 1913.

¹⁵ “Conforme temos noticiado, estamos precedendo a cobrança de assinaturas e venda de jornais. O nosso companheiro Zeferino Oliva visitará nos próximos dias as localidades da Linha Bragantina e Santos. Em S. Paulo também estamos visitando nossos assinantes”. Cf. *A Plebe*, ano 1, n° 10, Ago. 1917.

¹⁶ “Aos residentes e amigos residentes nas localidades servidas pela Noroeste avisamos que o nosso camarada Alfredo Massena se prontificou a proceder à cobrança de assinaturas desde Penápolis a Corumbá”. Cf. *A Plebe*, ano 1, n° 17, Set. 1919.

¹⁷ Cf. *O Amigo do Povo*, ano 1, n° 9, Ago. 1902; *Germinal*, n° 3, Mar. 1902; *La Battaglia*, ano 1, n° 6, Ago. 1904.

tras listas de subscrição somavam-se às já existentes, o que aumentava a circulação do jornal.

As vendas avulsas também permitem analisar os canais de distribuição da imprensa operária. Em sua maioria, os jornais não cobravam pela venda do exemplar, no entanto foi possível identificar a presença de exemplares em bancas de jornais, ficando à disposição para quem quisesse conhecer as obras, como no caso de *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, *La Battaglia*, *Germinal-La Barricata*. Porém, houve alguns títulos que praticaram a venda avulsa, possivelmente com o objetivo de incrementar o saldo financeiro disponível para a impressão de outras edições. Os jornais *A Lanterna*, em suas duas fases de publicação e *A Plebe*, praticavam esse tipo de ação, cobrando o valor de 100 réis pelo exemplar e 200 réis pelos números atrasados. Geralmente, os jornais eram vendidos por “representantes oficiais” dos responsáveis, ou seja, indivíduos designados para vender as folhas pelas ruas das cidades, além de locais especializados na venda de jornais, cujos responsáveis denominavam “agências jornalísticas”. Além disso, os jornais eram vendidos em estabelecimentos espalhados pelas cidades como engraxates, livrarias etc.

Como se pode perceber, a análise dos dados aqui mencionados evidencia a construção de um amplo círculo de colaboradores, fato fundamental para a circulação e sobrevivência dos jornais. Os dados revelam que os militantes foram responsáveis por distribuir, em média, mais da metade de todas as edições produzidas, além de constituírem a maior parte daqueles que financiavam os jornais. Dessa forma, torna-se evidente ressaltar que a rede de solidariedade entre os militantes foi a estratégia possível para a sobrevivência, – ainda que efêmera em alguns casos – desses jornais. Também é preciso não perder de vista que, embora os militantes envolvidos na idealização e concepção dos jornais fossem uma parcela pequena entre os anarquistas presentes em São Paulo, esses indivíduos não mediram esforços para tornar possível o ideal de disseminação do anarquismo presente nas páginas dessas folhas, trabalhando anos a fio, mesmo sob o medo da perseguição atenta das autoridades patronais e da polícia. É bem verdade que esses militantes foram os grandes responsáveis pela idealização e consolidação de uma tradição na produção de uma imprensa anarquista em São Paulo durante o período analisado.

Os embates entre os jornais operários e a imprensa comercial

Na seção anterior, evidenciou-se como questões econômicas punham em xeque a sobrevivência de pequenos jornais anarquistas, fato que se somava aos avanços tecnológicos que dinamizaram a formatação dos jornais comerciais, implicando diretamente na questão do preço, cada vez menor, o que contribuía para aumentar sua circulação. A despeito de alguns jornais operários também investirem em avan-

ços tecnológicos como a compra de tipografias e a preocupação com a diagramação e *design* gráfico, o abismo criado entre os dois modelos de imprensa intensificou-se com o passar do tempo, distanciando-os de forma marcante.

Não era de se admirar que a rivalidade entoada pelos redatores da imprensa operária em relação aos jornais comerciais aumentasse à medida que se distanciavam do ponto de vista financeiro e tecnológico, haja vista que os jornais dos trabalhadores não visavam ao lucro e possuíam um objetivo claro de educação e conscientização política da classe rumo à revolução social; questão que, evidentemente, não se colocava para os jornais comerciais, que, paulatinamente, tornaram-se grandes conglomerados financeiros, propiciando lucros com o seu principal produto: a notícia.

No caso dos jornais anarquistas de São Paulo, o fato de os impressos comerciais terem seus interesses econômicos vinculados ao capital industrial era motivo de crítica entre os militantes, questão que se acirrava por motivos ideológicos, afinal os artigos publicados na grande imprensa atacavam a militância operária, sobretudo a anarquista. A isso se somava o fato de que muitas questões relativas às condições de trabalho nas fábricas e nas fazendas, assim como os ideais caros à liderança, a exemplo do combate à Igreja e ao Estado não figuravam na agenda da grande imprensa.

A imprensa operária, tão logo surgiu nas ruas e nos bairros pobres das grandes cidades brasileiras, tratou de fazer oposição ferrenha à forma como os demais jornais noticiavam a vida cotidiana nas fábricas, além de criticar propostas que pouco ou nada alteravam as condições vividas pelos trabalhadores, submetidos a longas jornadas de trabalho, baixos salários e insalubres condições de moradia. No caso dos jornais anarquistas, a crítica dirigia-se aos jornalistas, tomados indistintamente como aqueles que escreviam para periódicos, fossem jornais ou revistas:

O jornal moderno não é uma tribuna de combate, mas um balcão, uma empresa comercial, uma sociedade anônima para exploração do escândalo e assalto ao cofre pelos poderosos. Ora, com mais ou menos diferenciação de processos e habilidades, todos os grandes e pequenos jornalistas da imprensa burguesa são e não podem deixar de ser como seus patrões. A imprensa burguesa, hoje, é instrumento direto do capitalismo. E seus jornalistas, ou são máquinas de escrever, dedilhadas pelo dedo do capitalista, ou fazem da pena gazua e pé-de-cabra, visando a burra do capitalista. A história do jornalismo moderno constitui um dos mais ignóbeis capítulos dos costumes da era capitalista¹⁸

Na concepção dos militantes, a imprensa defendia um projeto de dominação econômica e social, do qual era porta-voz. O projeto oligárquico-republicano vigen-

¹⁸ FELIPE, Rodolfo. Entre nós. *A Plebe*, ano 5, n° 119, Mai. 1921.

te no país encontrava receptividade nas páginas dos grandes jornais, o que contribuía para sua difusão no espaço público. De fato, o que estava em jogo eram diferentes concepções de sociedade, de justiça e de economia, enfim, distintas visões de mundo: de um lado, a ordem republicana; do outro, a proposta revolucionária em favor dos trabalhadores.

Um aspecto perene diz respeito aos problemas crônicos relacionados à desigualdade social que sempre afetou a classe trabalhadora. Reivindicava-se do jornalismo, em geral um compromisso ético e moral para a solução do problema. Parecia-lhes evidente que as injustiças não eram denunciadas e culpavam, indistintamente, “os jornalistas” por reproduzirem o ideário oligárquico e, por consequência, perpetuarem a desigualdade. Por outro lado, a mobilização social, vista como recurso para mudar o sistema vigente, era tomada, pela imprensa comercial, como agitação, baderna e revolta contra a ordem, o que evidencia de forma cristalina essas diferentes leituras e visões de mundo social:

Quando em qualquer ponto do globo, os trabalhadores se manifestam, logo a “imprensa” coloca-se imediatamente ao lado do governo legal, para bem da ordem e interesse público. Nunca o operário tem razão. As suas exigências são sempre descabidas e exageradas. [...] O jornal, o grande diário moderno, é uma empresa industrial como outra qualquer. Tem máquinas, operários e acionistas. E como empresa capitalista defende o capital. [...] Ora, a opinião de um jornal, no conflito entre capital e trabalho, devia ser tão risível como a de um industrial que explorasse um qualquer outro ramo de negócio. A imprensa está nas mãos dos capitalistas, como estão os meios de produção e transporte, tudo. E há ainda muita gente, muito operário mesmo, que compra o “Estado”, que lê o “Comércio”, que digere a “Gazeta”¹⁹

As citações, datadas de 1920 e 1921, exemplificam alguns ataques contra a grande imprensa e, nesses casos em especial, estavam diretamente relacionadas ao acirramento da perseguição estatal, sobretudo após os movimentos grevistas de 1917, em São Paulo, e de 1919 no Rio de Janeiro (BIONDI; TOLEDO, 2018). A intensa agitação, que alterava o cotidiano da cidade, constituía-se em notícia e ocupava as páginas dos grandes jornais, que retratavam essas ações, na maioria das vezes, de forma negativa. Não se deve supor, porém, que a tensão surgiu apenas nos momentos em que os trabalhadores ocupavam o espaço público. A questão do papel da imprensa foi tematizada ainda em 1902, portanto nos momentos iniciais da imprensa redigida por assalariados em São Paulo, como se lê em *O Amigo do Povo*:

¹⁹ BRANDÃO, Otávio. A opinião da imprensa. *A Plebe*, ano 4, nº 57, Mar. 1920.

Pobre humanidade! Quando os possuidores se apropriam de uma invenção, esta transforma-se, nas suas mãos, num novo e potente instrumento de exploração e de domínio. Não escapou a imprensa a este destino: em vez de ser um grande meio de educação para as massas, não passa de uma máquina que derrama na multidão pouco consciente os preconceitos e os erros tão favoráveis à manutenção da injustiça social. Já que os grandes jornais cotidianos representam para conosco o papel de inimigos, já que mostrando aparências de negócios fazendo concorrência uns aos outros, sabem muito bem tomar a mesma atitude na exploração dos ignorantes e no esmagamento dos fracos, porque aceitamos nós, trabalhadores, esse jugo moral? Por que não combatemos as doentias influências dessa imprensa que vive à nossa custa?²⁰

Fica evidente que, nos primeiros momentos, houve a preocupação de tomar o jornal como ferramenta de conscientização das massas, mediador por excelência da transformação social, conforme já apontado pela bibliografia (LEAL, 2002), razão pela qual era encarado como instrumento de educação e não como fonte de lucro, tal como acontecia, na visão dos militantes, nos grandes jornais. Mesmo reconhecendo a heterogeneidade das correntes abraçadas pela militância que atuava na cidade de São Paulo no início do século XX, ou seja, socialistas, livre pensadores anticlericais e anarquistas, havia consenso acerca da função pedagógica do jornal.

Para os jornais operários, cabia vencer o descrédito ou a resistência da sociedade, além dos próprios companheiros operários. Ao realizar o ataque combativo aos grandes jornais, os militantes esperavam não apenas ganhar a simpatia daqueles que eram avessos às questões políticas, muitas vezes por medo da perseguição do patronato, de serem expulsos do país ou pelas dificuldades de sustentar a família, mas também marcar a enorme distância que os separava da grande imprensa. Afinal, para garantir a existência das folhas era preciso contar com doações e, para distribuí-las, havia que mobilizar uma ampla rede:

É conveniente, porém, fazer notar que não é só pela imprensa que deve ser avaliada a nossa força. Os nossos jornais, com poucas exceções, não têm uma vida regular e segura. Não vivem de anúncios, nem de subsídios escusos e fartos que tantos jornais periódicos bem aproveitam, nem de chantagem governamental: vivem dos magros vinténs de pobres trabalhadores. Às vezes é a polícia que os assassina, porque a liberdade de pensar é uma burla – ou diante da violência policial, ou ante o arbítrio dos patrões que, recusando trabalho aos redatores em vista, muitas vezes os obrigam a uma vida errante e miserável. Não falemos mesmo na potente infiltração

²⁰ PEREZ, Juan Batista. A imprensa burguesa e os operários. *O Amigo do Povo*, ano 1, n°13, Out. 1902.

das nossas ideias no mundo literário, filosófico e científico; mas recordemos a atuação do nosso método no movimento proletário, a ação dos anarquistas que não sabem o que são.²¹

Na narrativa da grande imprensa, a presença de imigrantes anarquistas nas associações operárias e nas agremiações suburbanas era constantemente denunciada. O imigrante subversivo opunha o trabalhador brasileiro, apresentado como obediente, paciente, ordeiro, que necessitava de proteção contra a contaminação por valores e comportamentos considerados incompatíveis com a realidade local. No excerto citado, admite-se até que os trabalhadores se organizem, o problema apontado diz respeito aos objetivos das entidades e a presença desses indivíduos:

Chega a nossa redação muitas denúncias sobre o incremento que tem tomado nestes últimos tempos, entre nós, o “movimento anarquista”, temos a acrescentar que tanto mais perigoso se torna ele para os centros operários onde se milita em prol do bem por meios ordeiros e pacíficos, que esses indivíduos se insinuam comparecendo às reuniões de obreiros sem convite, e somente na intenção de desmembrar e desorganizar as agremiações que não se coadunam com eles na forma de agitar - a revolta. Pronunciam discursos violentos e incendiários, ofendem individualidades, religiões, corporações; nada lhes escapa e só uma coisa veem de puro - a revolta e a desorganização²².

Cabe notar que, a despeito de todas as dificuldades, o movimento organizado conseguiu realizar mobilizações, paralisar as máquinas e obter conquistas, ainda que nem sempre duradouras. Para tanto, contribuiu para o fato o aumento da população assalariada, assim como também para os resultados dos esforços de conscientização levados a efeito pela aguerrida militância, que deixou de ser composta apenas por imigrantes. Compreende-se, portanto, o acirramento dos embates entre a imprensa comercial e a produzida pelos socialistas e anarquistas. É significativo que foi justamente no ano de 1906, marcado por agitações e greves que contaram com grande adesão de trabalhadores, que se organizou o Primeiro Congresso Operário, ao que se soma a criação da Confederação Operária Brasileira (COB), eventos que não passaram despercebidos pela imprensa comercial. Veja-se a análise veiculada em *O Paiz*, publicada pelo jornalista Alcindo Guanabara, que atuava pelo jornal sob pseudônimo Pangloss (COUTINHO; SOUSA, 2001), cujo tema trata dos desdobramentos da greve na Companhia Paulista de Estrada de Ferro, eclodida naquele ano:

Os revolucionários estrangeiros que para aqui emigram, pregadores da revolução social, extremados que afirmam que o operariado deve desprezar os recursos legais e só confiar na

²¹ A imprensa anarquista. *A Terra Livre*, ano 1, n° 13, Jul. 1906.

²² O movimento anarquista. *Gazeta de notícias*, ano 31, n° 340, dez, 1906.

subversão da sociedade, agem em contraste flagrante com o nosso meio democrático que eles desconhecem. Vêm de países superpovoados, em que a conquista dum palmo de terra é ideal inatingível, e sem exame da situação do país novo em que se acham, continuam a fazer a mesma propaganda que faziam em suas pátrias, com as mesmas alegações e os mesmos motivos, o que se explica, além de tudo, porque a verdade é que eles já não podem, e provavelmente já não sabem fazer outra coisa. [...] A prova mais completa de que essa propaganda extremada, em desproporção com as necessidades, não encontra aqui terreno propício para medrar, está exatamente no malogro dessa greve geral, que eles agora tentam realizar, sem encontrar apoio do operariado brasileiro²³.

O excerto é um claro exemplo da incompatibilidade entre o ideal político republicano e as ações promovidas por grupos socialistas e anarquistas. A construção da identidade nacional ancorava-se no ideal de passividade e hospitalidade do povo brasileiro, que somente em casos excepcionais recorreria para a violência. À imigração, ao aportar ideias e culturas tidas como distantes da realidade nacional, atribuíam-se a origem de ideologias revolucionárias, o que obrigava as oligarquias a criarem estratégias para lidar com a questão. Alguns jornais, como o já citado *O Paiz*, ou o *Correio Paulistano*,²⁴ no caso paulista, mobilizavam narrativa que dava conta da prosperidade e das relações pacíficas no campo de trabalho para desqualificar a atuação do movimento organizado. Por essa via, legitimavam-se as intervenções do Estado no campo social. Cabe notar que, em função das condições econômicas vigentes, sobretudo nos momentos de crise da economia agroexportadora, observam-se deslocamentos na maneira como a imprensa tratava e analisava a atuação dos trabalhadores.

O surgimento de um conjunto de periódicos militantes, que, apesar de pouco numeroso, era ruidoso e costumava incomodar setores do poder e do patronato, fez crescer o combate às pequenas folhas e seus redatores, sempre quando a ação ultrapassava limites considerados aceitáveis, segundo a ordem vigente. Tendo em vista que os ideais revolucionários já eram compartilhados por uma parcela dos trabalhadores urbanos, o monitoramento de todos os militantes tornou-se bem mais complexo. O investimento no reforço da inteligência policial, a promulgação de leis de expulsão e as medidas de controle sobre sindicatos e das agremiações, estavam entre as medidas que visavam coibir a atuação desses indivíduos (LEAL, 2006;

²³ PANGLOSS. A greve na Cia Paulista. *O Paiz*, ano 22, n° 7949, jul. 1906.

²⁴ “O futuro de São Paulo e o bem-estar de seus habitantes dependem do aumento da nossa produção. Produzir, produzir, deve ser a divisa dos paulistas. Ao lado da cultura do café, os grandes e pequenos lavradores devem plantar cana, algodão, feijão, milho, mandioca... Tudo dá dinheiro hoje, tudo vende a bom preço. Quem plantar ou criar, ganha dinheiro pela certa, por menor que seja a colheita ou a criação. Em São Paulo, só não ganha dinheiro quem não trabalha, só é pobre quem é vadio.” Cf. O futuro de São Paulo. *Correio Paulistano*, n° 19364, Jun. 1917.

SAMIS, 2019). O temor criado em torno dos anarquistas, potencializava incômodo provocado pelas suas publicações, tanto quanto a difusão de suas ideias no seio do movimento sindicalista, o que explicava a crescente perseguição contra esses indivíduos que, por sua vez, denunciavam a desinformação que a grande imprensa insistia em propagar a respeito das ideias ácratas:

Mas quem esses jornais consideram como sendo anarquistas? [...] Para esses jornalistas, os anarquistas são assassinos, sem pátria (a culpa não é bem deles, mas dos governos e patrões exploradores que a monopolizam), não têm sentimentos humanitários, são perseguidos em toda parte (por aqueles que por eles se sentem incomodados em seus latrocínios e tiranias) etc.... Nós queremos apenas por mais uma vez em destaque a profunda ignorância dos jornalistas de profissão contra o que consideram ser um “anarquista” e também fazer notar como estes republicanos nada entendem sobre as nossas ideias.²⁵

Havia um considerável esforço para associar proprietários de jornais, governo e polícia no combate às agitações, de tal forma que os primeiros teriam, na opinião dos anarquistas, poder maior do que reis ou o próprio presidente da república. A força da participação do movimento organizado nas greves que frequentemente deflagravam nas grandes cidades pode ser avaliada a partir dos clamores, presentes nas páginas da imprensa comercial, a favor da promulgação das primeiras leis de expulsão de estrangeiros, o que coincidiu com a obtenção da histórica reivindicação pela jornada de oito horas de trabalho, resultado da greve de 1908:

Os sicários do jornalismo mais uma vez destilam seus botes traiçoeiros contra a agitação anarquista. Assalariados pelo governo e pelos militares do estado-maior para defenderem esse tributo odioso que o proletariado deve repelir a todo custo. Mas hoje, amordaçados e reduzidos à impotência de dizerem uma palavra francamente em favor da monstruosa causa a que se venderam, os mercenários da imprensa tremem de raiva contra aqueles que, com tanta audácia e aplauso unânime do povo, vão proclamando a traição dos seus pretensos mentores e, conjuntamente, cavando a derrocada final de um regime de tirania e miséria em que eles – os sicários do jornalismo – são mais senhores que os próprios senhores do poder, isto é, mandam mais que o rei ou presidente, a quem impõem os seus caprichos, cheques, contas e dívidas sob uma pena duma campanha monstruosa e aniquiladora contra os anarquistas.²⁶

Em síntese, combater a imprensa diária era essencial e, para além disso, significava apresentar uma leitura/narrativa alternativa sobre a visão de mundo e sobre o modo de encarar o presente e o futuro dos trabalhadores, ao utilizar, para isso,

²⁵ Folheando a imprensa. *A Terra Livre*, ano 1, n° 18, Out. 1906.

²⁶ ASSUNÇÃO, Mota. Os sicários do jornalismo. *A Terra Livre*, ano 3, n° 56, Fev. 1908.

protocolos de diagramação e de produção próximos. A crítica anarquista tinha em vista evidenciar o que julgava ser uma relação promíscua entre o Estado republicano e sua relação íntima com a imprensa. A luta era contra a instituição, mas poderia assumir a forma de ataques pessoais àqueles que nela escreviam. O que estava em jogo, de fato, era o esforço para desmascarar, ao menos para o público leitor das folhas operárias, o desserviço prestado pela grande imprensa, que insistia em desqualificar a ação e as reivindicações do movimento organizado.

Enfim, os jornais produzidos pelo movimento organizado propunham estratégias de ação que se contrapunham às narrativas dominantes na grande imprensa, fosse em relação ao movimento organizado ou aos desafios enfrentados pelo país. Além de dirigirem-se aos trabalhadores, não parece demais afirmar que visavam alcançar o público mais amplo, de eventuais simpatizantes da causa. As folhas de duração incerta e, na maioria das vezes produzidas de maneira artesanal, difundiam a ideia de um outro mundo possível, a ser alcançado por meio de agitação e revolução social, em contraposição à ordem capitalista vigente, defendida pela grande imprensa. Era inevitável o enfrentamento, ainda que as armas que cada uma das partes esgrimava estivessem longe de ter o mesmo alcance, o que, contudo, não impediu que a luta fosse travada por meio da palavra impressa.

A falta de periodicidade das folhas de trabalhadores revela as enormes dificuldades que enfrentavam, muitas vezes de ordem financeira, o que interferia na frequência e ritmo da edição dos exemplares. Cabe destacar a heterogeneidade desses impressos, que expressavam ideais e valores de diferentes correntes ideológicas e seus embates em torno das estratégias para a criação de uma nova ordem. Entretanto, não se pode perder de vista que as dificuldades também foram responsáveis pela mobilização de conjunto diversificado de estratégias que procuravam, com inventividade, contornar os problemas estruturais. A historiografia revela como a intervenção desses militantes – e de seus dispositivos de comunicação – foi fundamental para a construção de culturas políticas, com seu vocabulário específico, ética, valores e expectativas quanto ao futuro.

Conclusão

Nesse artigo buscou-se, ainda que parcialmente, desvendar alguns aspectos envolvidos no desafio de produzir a imprensa operária, sobretudo em relação às questões técnicas desses jornais. Vale lembrar que o foco recaiu na imprensa anarquista, produzida na cidade de São Paulo e distribuída para todo o Brasil e exterior. Esses periódicos são apenas parte de uma intensa produção jornalística dos trabalhadores de São Paulo (e ao fim desta pesquisa, pode-se afirmar que, de fato, esses operários podem ser considerados jornalistas) que perdura, entre percalços e per-

seguições, até os nossos dias. É uma imprensa que guarda muitas peculiaridades, mas também muitas aproximações com os grandes jornais que circularam em São Paulo, no mesmo tempo histórico.

Os jornais tentaram, na medida do possível, construir estratégias de produção que, em nenhum momento, estiveram apartadas do desenvolvimento do setor gráfico, então em franca ascensão na cidade de São Paulo. Eram operários e militantes que mantinham estreita relação com o trabalho tipográfico, fossem tipógrafos ou mesmo entusiastas da imprensa anarquista, que se esforçaram para produzir e fazer circular títulos com características semelhantes. Se compartilhavam a fatura das folhas, é plausível concluir que a imprensa anarquista paulistana acabou por construir um arcabouço técnico jornalístico, cujos aspectos comuns evidenciam a mobilização levada a cabo por simpatizantes da causa libertária, a fim de obterem financiamento para a impressão dos jornais, preços mais justos por parte das gráficas, além de participarem do processo de montagem das edições na tipografia, mobilizarem estratégias para circulação das edições e assegurar a continuidade das edições.

Enfim, analisar as continuidades e rupturas nesse processo de construção de um jornalismo combativo, como foi a imprensa anarquista que circulou em São Paulo nas primeiras décadas do século XX, é uma tentativa de contribuir para o entendimento da cultura operária. Tratava-se de indivíduos que desejavam melhores condições de vida e acreditavam que a ação direta era a melhor alternativa de que dispunham para transformar seu duro cotidiano. Nesse processo de luta, compartilhavam experiências, quase sempre marcadas pelo anseio de um mundo mais justo, sem fronteiras e que não apartassem os seres humanos. Tal cultura pautava-se na luta política, o que pressupunha ocupar o espaço público. Somaram vitórias, a exemplo das jornadas grevistas de 1908, que resultaram na conquista da redução da jornada de trabalho, e as mobilizações por melhores salários durante a greve geral de 1917. Entretanto, também contabilizaram perdas, algumas fruto da própria visibilidade das ações anarquistas, que deu margem a perseguições e conflitos com patrões e às forças da ordem.

A imprensa anarquista foi um elemento importante da cultura dos trabalhadores, pois atuou como meio capaz de chamar a atenção para as duras condições às quais estava submetida uma parte considerável da população da cidade. Enfim, era a voz de pessoas que permaneciam silenciadas. Nesse sentido, se compararmos o período áureo dessa imprensa com os acontecimentos mais recentes, há inquietantes similitudes. Perseguições políticas e desmantelamento da democracia contribuem, nos dias que correm, para a organização da sociedade civil, por meio de grupos sociais empenhados em resistir e lutar contra a maré montante da direita. Desde sempre, contra a força dos poderosos, há sempre aqueles que fazem da luta sua missão de vida.

Fontes principais

Jornal O Amigo do Povo (1902-1904)
Jornal Germinal (1902-1903)
Jornal La Battaglia (1904-1912)
Jornal A Terra Livre (1905-1910)
Jornal Germinal-La Barricata (1913-1914)
Jornal Guerra Sociale (1915-1917)
Jornal A Lanterna (1901-1904; 1909-1915; 1933-1935)
Jornal A Plebe (1917-1935)

Fontes complementares

Jornal Avanti! (1900-1909);
Jornal Gazeta de Notícias (1906);
Jornal Correio Paulistano (1906, 1913, 1917);
Jornal O Paiz (1906-1908);
Jornal O Estado de S. Paulo (1913, 1917);
Jornal Fanfulla (1917);

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial*. Campinas: Ed. Unicamp; Fortaleza/CE: Ed. Universidade Estadual do Ceará, 2014.
- ANDRADE, Paulo Rodrigues de. *As aglomerações de homens de todas as classes: trabalhadores escravos e livres, brasileiros e imigrantes na construção e início da operação da São Paulo Railway (1860-1872)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos/SP, 2016.
- BIONDI, Luigi. *Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo (1890-1920)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.
- BIONDI, Luigi. *La stampa anarchica in Brasile: 1904-1915*. Dissertação de mestrado defendida junto ao departamento de “Storia Contemporanea” da Università degli Studi di Roma “La Sapienza”, 1993-1994.
- BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. *Uma revolta urbana: a greve geral de 1917*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

- BRITO, Rose Dayanne Santos de. *No rastro de Benjamim Mota: a defesa das leis sociais e do direito político na primeira república (1901-1904)*. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (org.). *História do trabalho e história da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo; FAPESP, 2010.
- COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. *Enciclopédia de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Cardenos do cárcere*. Vol. 2. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2014.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1986.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ed. Atica, 1988.
- GRIGOLIN, Fernanda. Expressão, registro e propaganda: o anarquismo impresso em A Plebe. *Anais do 30º Simpósio Nacional de História: História e o futuro da educação no Brasil*. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1563900069_ARQUIVO_Anpuh_fi-nal_Grigolin.pdf.
- HALL, Michael M; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil. 1889-1930: documentos*. Vol. 1. O Movimento Operário. Col. Política. São Paulo: Ed. Alfa Omega, 1979.
- HARDMAN, Franscisco Foot. *Nem pátria, nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.
- KHOURY, Yara Maria A. *Edgar Leuenroth: uma voz libertária: Imprensa, memória e militância anarco-sindicalista*. São Paulo: Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, SP, 1988.
- LEAL, Cláudia Feierabend Baeta. *Anarquismo em verso e prosa: literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas, SP: IFCH/Unicamp, 1999.
- LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Campinas, IFCH. Campinas, SP, 1996.
- MAGNANI, Silvia Ingrid Lang. *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro. 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 3ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2012.
- OLIVEIRA, Antoniette. *Despontar, (des)fazer-se, (re)viver... a (des)continuidade das organizações anarquistas na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, 2001.
- POLETO, Caroline. *A imaginação subversiva ao redor do mundo: imagens, poesias e contos de protesto na imprensa anarquista e anticlerical (Espanha, Argentina e Brasil, 1897-1936)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2017.
- PRADO, Antônio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil: memórias, luta e cultura*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

- ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Campinas/SP, 1998.
- RUDY, Antônio Cleber. *O Anticlericalismo sob o manto da República: tensões sociais e cultura libertária no Brasil (1901-1935)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. 2017.
- SAMIS, Alexandre Ribeiro. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2009.
- SANTOS, Kauan Willian dos. *Derrubando fronteiras: a construção do jornal A Plebe e o internacionalismo operário em São Paulo (1917-1920)*. Revista História e Cultura. Franca/SP, vol. 4, n° 1, março de 2015.
- SANTOS, Kauan Willian dos. *Pontes de liberdade: internacionalismo e imaginários nacionais na construção do anarquismo no Brasil (1890-1937)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2021.
- SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafapael Viana da (org.). *História do Anarquismo e do Sindicalismo de intenção revolucionária: novas perspectivas*. 1ª ed. Curitiba: Ed. Prismas, 2018.
- TOLEDO, Edilene. *Em torno do jornal O Amigo do Povo: os grupos de afinidade e propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- TRENTO, Angelo. *Imprensa italiana no Brasil, séculos XIX-XX*. São Carlos: Ed. UFScar, 2013. Trad.: Roberto Zaidan. 276p.
- VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

Conflito de Interesses

Nada a declarar

Disponibilidade de dados

todos os dados estão disponíveis no texto

Recebido: 06/05/2025 – Aprovado: 14/11/2025

Editores Responsáveis

Maria Cristina Correia Leandro Pereira e Miguel Palmeira